

Ano XX nº 5348 – 17 junho de 2016

Banco do Brasil

Banco reduz número de funcionários e Sindicato fecha agência



Nessa sexta-feira, dia 17/06, a diretoria do SindBancários Petrópolis faz uma manifestação, com paralisação de 24 horas, na agência Cidade Imperial do Banco do Brasil.

Recentemente, o BB fez uma adequação das dotações de suas unidades em todo o país. Infelizmente, a grande maioria das agências que tiveram sua dotação alterada, foi de forma a reduzir seu número de funcionários. Na base sindical do SindBancários Petrópolis, houve três reduções: uma na agência Itaipava, uma na agência Imperador e outra na agência Cidade Imperial.

Essas reduções nos números de funcionários nas agências do Banco do Brasil é uma infeliz surpresa e vai na contramão do lucro e do constante crescimento do banco. Apenas nos três primeiros meses de 2016, o BB lucrou R\$ 2,359 Bilhões. No ano passado o banco lucrou R\$ 14,4 bilhões, ou seja, uma média de R\$ 1,2 bilhões ao mês! O Banco do Brasil é o maior banco do país, com ativos superando a cifra de 1,5 trilhões de Reais.

Segundo o funcionário do banco e presidente do SindBancários Petrópolis, Marcos Alvarenga, esses números são mais do que suficientes para que o banco passe a adotar uma política de contratação de funcionários, ajudando a diminuir o desemprego no Brasil e, conseqüentemente, combater a sobrecarga de trabalho que sofrem os atuais funcionários e melhorar a agilidade e qualidade no atendimento aos clientes e usuários. “É inaceitável uma instituição sólida, lucrativa e centenária como o Banco do Brasil agir dessa forma. O banco tem obtido lucros recordes a cada ano que passa, mas insiste em não reconhecer e valorizar o trabalho de seus funcionários, precarizando o atendimento a seus clientes que perdem horas preciosas de suas vidas numa fila”, completou Alvarenga, que concluiu: “Existem milhares de pessoas aprovadas em concursos esperando uma oportunidade que nunca chega”.

Fundo de pensão: Mobilização consegue adiar votação do PLP 268

A votação do PLP 268/2016, que altera a governança dos fundos de pensão, foi adiada para a próxima segunda-feira (20/06). A apreciação estava prevista para acontecer na última terça-feira (14/06). Mas, o adiamento só foi possível graças à mobilização dos trabalhadores. Nos últimos dias, representantes de entidades sindicais percorreram o Congresso Nacional, com visitas a parlamentares e assessores para discutir os pontos danosos do projeto.



Apesar da vitória, não dá para descansar. A proposta tramita em regime de urgência na Câmara Federal. O PLP 268 altera a Lei Complementar nº 108. Uma das conseqüências é que os associados deixariam de ter metade dos conselheiros fiscais e deliberativos em todos os fundos de pensão de estatais brasileiras. O projeto também elimina a eleição de diretores e reduz para 1/3 os representantes dos participantes nos conselhos deliberativo e fiscal nos fundos de pensão, como Funcef (Caixa) e Previ (BB), patrocinados por empresas públicas.

Entre os principais itens que ameaçam os fundos de pensão estão as seguintes exigências: diretoria executiva contratada no mercado; conselho deliberativo com seis membros (dois independentes, dois indicados pela empresa patrocinadora e dois eleitos pelos participantes e assistidos); conselho fiscal com seis membros (dois independentes, dois indicados pela empresa patrocinadora e dois eleitos); escolha de conselheiros independentes e diretores por “empresa especializada”.